

VÁRIA



MANUEL INÁCIO BRUM DO CANTO  
E SALVADOR MANUEL BRUM DO CANTO:  
OS AÇORIANOS E SEUS DESCENDENTES ENTRE AS  
ELITES DO ESTADO E DA POLÍTICA (1834-1926)

por  
PAULO SILVEIRA E SOUSA \*

*M*anuel Inácio Brum do Canto e seu filho Salvador Manuel Brum do Canto são hoje nomes esquecidos. Não alcançaram o destaque de outros açorianos e descendentes de açorianos de que talvez o nome mais sonante e reconhecível seja, ainda hoje, o de António José de Ávila, conde, marquês e duque de Ávila e Bolama. Contudo, o percurso de cada um deles merece ser destacado, não só por aquilo que ambos têm de singular, mas também pelos caminhos que apontam e que nos permitem perceber a sociedade portuguesa e o papel dos Açores e dos açorianos durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX. Recordar estes nomes é igualmente interessante porque a sua evocação está associada à doação de um pequeno espólio à Casa dos Açores de Lisboa, por parte de um familiar. Nunca é demais louvar a generosidade e o empenho posto em preservar a memória de uma comunidade<sup>1</sup>.

Para além das suas carreiras na magistratura e na política Manuel Inácio e Salvador Brum do Canto foram também, respectivamente, avô e pai de Jorge Brum do Canto, realizador, cenógrafo, actor, apaixonado pela pesca despor-

---

\* Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores.

<sup>1</sup> O espólio foi oferecido pelo Dr. Nuno José Sena Alves Caetano, a 7 Fevereiro e a 27 de Março de 2014, e consta de documentos, livros, fotografias e pequenos objectos pessoais de Manuel Inácio Brum do Canto e Salvador Manuel Brum do Canto. Este texto tem como base as notas que foram escritas para uma conferência feita aquando da apresentação deste espólio, a 7 de Fevereiro de 2014, na Casa dos Açores de Lisboa. Agradeço ao Tiago Silva e à direcção da Casa dos Açores o convite que me foi endereçado.

tiva, um homem que hoje poucos lembram fora da área do cinema, mas que foi um intelectual, um artista influente, um gastrónomo e um desportista, fazendo parte da mesma geração a que pertencem realizadores como António Lopes Ribeiro e Chianca de Garcia<sup>2</sup>.

Mas comecemos por Manuel Inácio e por Salvador Brum do Canto. A partir deles faremos uma panorâmica sobre o papel, as trajectórias e a presença de açorianos entre as elites do Estado e da política durante aquilo que *grosso modo*, nós, historiadores chamamos, o Liberalismo, primeiro sob cores monárquicas, e, a partir de 1910 sob cores republicanas.

Manuel Inácio Brum do Canto nasceu a 29 de Outubro de 1834 na Horta, Ilha do Faial. Era filho de um homónimo Manuel Inácio Brum do Canto e de Maria Pereira de Lacerda, proprietários desta cidade. O seu pai era bem aparentado mas descendente de um ramo secundário dos Cunha, sendo filho de Ana Luísa de Brum Terra e Silveira e de Manuel Inácio do Canto, seu primo, natural da Terceira e fidalgo cavaleiro da casa real. Dentro das regras do vínculo Ana Luísa recebia pensão de alimentos de seu irmão, o morgado Jorge da Cunha Brum e Silveira. Por outras palavras, o pai de Manuel Inácio podia ser bem aparentado, mas como muitos descendentes de filhos segundos de famílias de morgados, a fortuna não seria grande. Empregos na administração, bons casamentos e uma aposta numa instrução prolongada (através da passagem pela Universidade de Coimbra e de carreiras de serviço à Coroa ou ao Estado Liberal) eram os passaportes para este género de classes médias patricias conseguirem reproduzir, na geração seguinte, a sua posição na sociedade. Em especial a partir do Liberalismo as profissões jurídicas, a ligação ao Estado e à política ganharam uma grande importância. O curso de Direito abria as portas a uma profissão reputada como a de advogado, permitia carreiras seguras, especializadas e prestigiadas na magistratura, na administração pública ou no desempenho de cargos políticos locais ou distritais.

---

<sup>2</sup> Jorge Brum do Canto foi também procurador à Câmara Corporativa no final do Estado Novo, nas X e XI legislaturas (1969-1974), na qualidade de representante dos profissionais do cinema e corporação dos espectáculos, ver Rita Almeida de Carvalho, «Jorge Brum do Canto (1910-1994)», in M. B. da Cruz e A. Costa Pinto, *Dicionário Biográfico Parlamentar (1935-1974)*, Lisboa, Assembleia da República, 2004, vol. I, pp. 327-328.



FIGURA 1 – Manuel Inácio Brum do Canto aos 27 anos, c. 1861<sup>3</sup>.

Este tipo de trajectória, de obtenção de diplomas e de ligação ao serviço público, não era específico desta família, do Faial, ou dos Açores. Pelo contrário era, mais ou menos, generalizado em Portugal e acabou por fazer com que diplomas, serviços à Coroa ou ao Estado Liberal e passagens por cargos políticos fossem os motores para trajectórias de mobilidade geográfica e social em direcção ao centro, em direcção à capital, aos meios urbanos e às suas formas de vida, de cultura e de sociabilidade.

Ao longo de décadas, este conjunto de redes de poder a que chamamos «Estado Liberal» foi, pois, o grande impulsionador duma nova organização

---

<sup>3</sup> Arquivo da Casa dos Açores de Lisboa/Fundo Brum do Canto/Fotografias/01.

do espaço nacional nas suas várias vertentes. Construiu novas instituições políticas, aparelhos administrativos e criou redes de funcionários e empregados distritais e locais capazes de criar, regular e reproduzir as práticas necessárias ao funcionamento da actividade política, económica, social e cultural. Ao mesmo tempo, demarcou e classificou o território em termos precisos, construindo um modelo político específico, caracterizado pela concentração centralizada da tutela sobre os órgãos locais, por lógicas de representação condicionada, censitária, e por novos circuitos de negociação e de circulação das elites políticas e administrativas. O nascimento de formas de representação política, de uma legitimidade assente nas eleições e no Parlamento (ainda que sob um modelo censitário e oligárquico), bem como a fixação de regras constitucionais e de garantias jurídicas claras, fazem da Monarquia Constitucional um modelo particular de política demo-liberal, onde se prefiguram algumas das características essenciais dos sistemas políticos actuais. Se é certo que a política e as instituições do século XIX eram diferentes e específicas, na sua complexa trajectória, percebemos já o caminho (nunca linear) para a progressiva universalização do sufrágio, dos direitos civis, políticos e sociais, num percurso que foi sendo acompanhado pela progressiva intervenção reguladora do Estado, dos sucessivos governos e das diferentes situações políticas.

No entanto, não se pense que este modelo, que concentrava o poder e a tutela em estruturas hierarquizadas, centralizadas na capital do Reino, esquecia as periferias e não necessitava delas para funcionar. Estas não eram apenas um sujeito passivo da política e da administração. As periferias tinham como função angariar votos durante os processos eleitorais – como forma de legitimar o próprio sistema de poder, eleger os representantes e os parlamentos –, além de servirem de local para o recrutamento e posterior circulação das elites políticas e administrativas, fossem estas governadores civis, magistrados, funcionários das alfândegas, da fazenda, das obras públicas, ou mesmo militares. Ao nível local, os processos eleitorais formavam ainda um espaço de confronto e de contratualização entre várias redes de notáveis, permitindo detectar os grupos de poder, a sua organização e os modos como se articulavam com o resto da população e com as redes de notáveis que dominavam os partidos do constitucionalismo monárquico.

A partir do Liberalismo as elites políticas e administrativas foram assim escolhidas num espaço geográfico mais vasto e englobavam uma boa parte

das elites das províncias, antes bem mais arredadas dos médios e altos cargos da Administração e da direcção política do Estado. A capacidade de renovação e de selecção dos melhores talentos era agora maior. A meritocracia, também. Em troca, o sistema fornecia aos representantes das periferias uma articulação mais forte e directa com o governo central, abrindo novos circuitos de intermediação e novos lugares nas redes periféricas. O contingente de recrutamento das elites crescia e diversificava-se, permitindo igualmente a selecção de indivíduos com perfis sociais e origens geográficas diferentes. Os mecanismos de poder não eram, portanto, unívocos, nem eram apenas determinados pelo centro que, através das suas cadeias, procurava regular, de cima para baixo, o sistema político e administrativo nacional.

Nesse sentido estas duas gerações, estes dois indivíduos, Manuel Inácio e Salvador Brum do Canto, podem claramente servir de amostra para processos mais amplos. Processos esses onde o peso e a presença dos Açores se revelaram sempre muito maiores que a sua dimensão geográfica e demográfica. Por outras palavras, é curioso que uma região tão pequena, periférica e com um peso demográfico pouco relevante tenha dados mais altos funcionários públicos e políticos do que outras regiões do continente. Os Açores deram assim nomes conhecidos à política nacional como António José de Ávila, Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, Manuel de Arriaga e Teófilo Braga. Numa segunda linha podemos incluir Jacinto Cândido da Silva, ou já na I República, Manuel Goulart de Medeiros, Mário de Azevedo Gomes, José Nunes da Ponte ou António Joaquim de Sousa Júnior. Ao nível do alto funcionalismo público surgem directores-gerais, secretários-gerais e chefes de repartição em áreas tão diferentes como a administração civil e política, as obras públicas, a agricultura, a estatística, a justiça, o ultramar e os negócios estrangeiros, associados a nomes hoje relativamente esquecidos como os de Luís António Nogueira, Cristóvão Moniz, José de Torres, Pedro Roberto Dias da Silva, Alberto Teles de Utra Machado, Augusto Ribeiro e Manuel Garcia da Rosa. A lista podia ser mais longa, pois de momento estamos a colocar de lado deputados, pares do reino e senadores.

Por exemplo, no período da Regeneração (1851-1890), já intensivamente estudado por Pedro Tavares de Almeida, vemos como a presença dos Açores foi razoável. É certo que 1/3 dos ministros nomeados era natural da comarca de Lisboa, cabendo a segunda posição à comarca de Coimbra. Porém, as ilhas atlânticas (Açores e Madeira) tinham fornecido já 8 ministros, um número

superior ao da cidade do Porto (tomada apenas como comarca), e ao de ambas as províncias do Alentejo e do Algarve, durante o mesmo intervalo<sup>4</sup>.

Mas regressemos às figuras de Manuel Inácio Brum do Canto e Salvador Brum do Canto. Manuel Inácio formou-se em Direito na Universidade de Coimbra (1858). Seguiu carreira na magistratura. Entrou para o Ministério Público e trilhou a via normal das promoções até chegar a juiz. Entretanto, casou na Horta (Matriz), a 19 de Abril de 1860, com D. Maria Amélia Henriques, neta do Dr. Luís Henriques, primeiro director da Escola Médico-Cirúrgica do Funchal (dirigiu-a entre 1838 e 1845, ano em que faleceu na referida cidade)<sup>5</sup>. Em 1876 foi nomeado juiz de Direito de 1.<sup>a</sup> instância de 3.<sup>a</sup> classe, sendo colocado na comarca de Santa Cruz, Ilha da Madeira; em 1878 estava na comarca de Benavente. Promovido a juiz de Direito de 1.<sup>a</sup> classe, em 1885, foi despachado para a comarca de Valpaços. Seria auditor junto do Conselho de Guerra permanente da 4.<sup>a</sup> Divisão Militar em 1886. Ascendeu à 2.<sup>a</sup> Instância e foi nomeado juiz da Relação dos Açores (1896). Em 1898 seria transferido para a Relação do Porto. No mesmo ano transitava para o Tribunal da Relação de Lisboa. Subiu a presidente desta instituição por Decreto de 14 de Janeiro de 1909. Tomou posse a 4 de Fevereiro do mesmo ano. Terminou a sua carreira como juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (1909). Integrou, como presidente, o Conselho Superior do Notariado (1909). Faleceu a 22 de Julho de 1921, três anos depois do seu filho Salvador, falecido em Novembro de 1918, em consequência da violenta pandemia de gripe pneumónica que assolou o Mundo, e Portugal, em três vagas sucessivas, em 1918-1919<sup>6</sup>. Esta curta passagem pela presidência do Tribunal da Relação

---

<sup>4</sup> Pedro Tavares de Almeida, *A Construção do Estado Liberal: elite política e burocracia na Regeneração (1851-1890)*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, FCSH-UNL, 1995, pp. 81, 83-84.

<sup>5</sup> Para mais informações sobre o médico Luís Henriques, doutor em medicina pela Universidade de Edimburgo e membro efectivo do Real Colégio de Cirurgia de Londres, curiosamente de origem norueguesa e afilhado do 1.º conde de Carvalhal, João Esmeraldo Vasconcelos de Betencourt Sá Machado, ver Fernando Augusto da Silva, Carlos Azevedo de Meneses, *Elucidário Madeirense*, Funchal, 1921, vol. II, pp. 226-227 e Fernando Augusto da Silva, *A Antiga Escola Médico-Cirúrgica do Funchal. Breve monografia histórica*, Funchal, 1945.

<sup>6</sup> Ver Paulo Silveira e Sousa, «Manuel Inácio Brum do Canto», in *Presidentes. Tribunal da Relação de Lisboa. Biografias (1833-2010)*, coord. de Luís Maria Vaz das Neves, textos de Paulo Silveira e Sousa, Lisboa, Tribunal da Relação de Lisboa, 2010, p. 35.



pode parecer estranha, mas era comum na época, constituindo muitas vezes a antecâmara para a promoção ao Supremo Tribunal de Justiça. Manuel Inácio teve a carreira discreta tão típica dos magistrados e do seu difícil trabalho. Aqui não se assemelha ao seu colega, o micalense Luís Fisher Berquó Poças Falcão, igualmente presidente do Tribunal da Relação de Lisboa em 1908 e juiz do Supremo Tribunal de Justiça, também deputado em seis legislaturas (entre 1887 e 1900), presidente da Câmara dos Deputados (1899-1900) e par do Reino (1905), aparentado com os Canto e com os Hintze Ribeiro. Mas a discrição não é uma falta. Pelo contrário, permite-nos demonstrar que não vivemos em comunidades de heróis e de homens excepcionais, mas antes em sociedades feitas de um viver habitualmente e da construção, negociação e cumprimento de rotinas, produzidas e aplicadas diligentemente por homens só aparentemente apagados, que são os laboriosos artífices da normalidade, da organização e do conforto individual e colectivo.

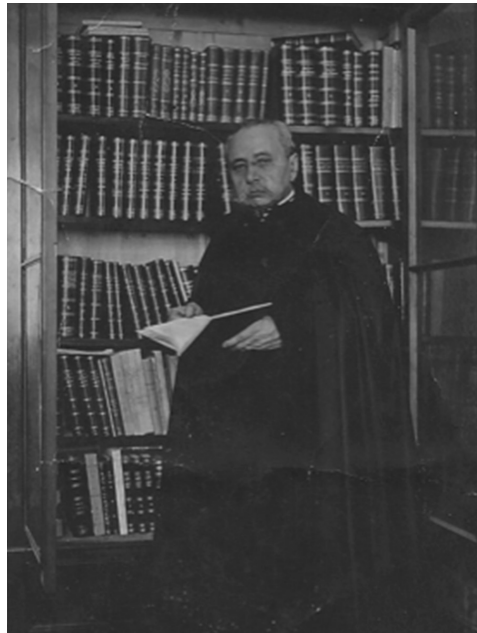


FIGURA 2 – Manuel Inácio Brum do Canto em sua casa junto dos seus livros de Direito<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> ACAL/FBC/Fotografias/05.

Mas olhemos novamente para as sucessivas gerações da família Brum do Canto. Em várias gerações passou-se do morgadio e dos vínculos, de uma vida rentista nas ilhas para o conforto burguês na cidade. Esta passagem é indissociável dos diplomas universitários que, curiosamente, são parte do espólio oferecido à Casa dos Açores de Lisboa, tal como as fotografias de Manuel Inácio e de Salvador com décadas de diferença, mas ambos frente ao mesmo armário de livros (provavelmente jurídicos). Contudo, não nos enganemos quanto ao conforto burguês ou ao carácter aparentemente mais prosaico das profissões jurídicas. No século XIX, durante toda a Monarquia Constitucional, os títulos e formas de distinção associadas à nobreza e à fidalguia não perderam a sua importância nem o seu peso simbólico como formas de realçar o estatuto e a posição social de famílias e indivíduos. O avô paterno terceirense de Manuel Inácio Brum do Canto era fidalgo cavaleiro da casa real, por alvará de 1789. Ou seja, era alguém que tinha suficiente consciência do seu lugar, da sua linhagem e dos procedimentos formais que os concretizava através de um pedido de reconhecimento (da sua linhagem e do seu estatuto) à própria Coroa.

Esta prática nem sempre era comum entre as elites açorianas, sendo mais habitual entre aquelas que estavam instaladas nas ilhas principais e nos maiores centros urbanos, tendo aí redes e canais de acesso ao centro mais rápidos, mas também a concorrência de famílias em ascensão por via dos negócios na distribuição do prestígio e do *status*. Nas ilhas periféricas e nas povoações mais rurais estes foros de fidalgos são relativamente raros, tal como a concorrência pelo capital simbólico e social.

É interessante verificar que quer Manuel Inácio quer Salvador não se irão esquecer de pedir a renovação do foro de fidalgo dos seus antepassados. Curiosamente, o primeiro em 1906 e o segundo em 1907. Ou seja, havia a consciência da importância deste capital simbólico (mesmo numa sociedade em transformação), mas havia também um conhecimento razoável das suas origens familiares que se desenvolvia em instrumentos de rememoração, como as genealogias, e em símbolos e linguagens, como as armas de família e a heráldica. Não é portanto estranho que outro dos objectos destes espólio seja uma desenho com um brasão de armas e que existam apontamentos e árvores genealógicas entre os papéis entregues<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> As genealogias são uma «forma de construção e representação do parentesco ideológico», funcionando muitas vezes como elemento de distinção e factor de agregação das elites, ver

Se Manuel Inácio se distinguiu com a discrição da sua longa carreira de magistrado, Salvador, já nascido em Lisboa e com uma boa costela madeirense, destacou-se como advogado, teve uma curta passagem pelo parlamento, sendo um conhecido amante das artes e, em especial, da fotografia, que se afirmava como o principal meio capaz tornar o mundo visível e de sedimentar imagens e modelos de representação. Produzir imagens pelo uso e conhecimento da luz, da química e da física podia servir para uma carreira de lojista especializado, dotado do prestígio de um saber técnico e de base científica, mas também era o passatempo para burgueses curiosos e ilustrados. A expansão da fotografia foi imparável e não tocou apenas as classes médias urbanas e cultas, como era o caso de Salvador Brum do Canto. Quer em Ponta Delgada, quer em Angra, quer na Horta as primeiras casas fotográficas começaram a surgir a partir da década de 1860, por vezes com um sucesso incerto que obrigava a buscar clientes noutras ilhas e nas freguesias rurais, em viagens e jornadas irregulares<sup>9</sup>. Curiosamente, em 1893, o engenheiro J. V. Mendes Guerreiro, na sua passagem por Ponta Delgada, referia que nesta cidade ainda não havia «estabelecimentos fotográficos regularmente organizados». Contudo, mencionava a existência de «dois fotógrafos amadores que fazem panoramas dos sítios mais notáveis e retratos de costumes que são deveras originais nos capuzes das mulheres e nos barretes com palas (*cobre-nuca*) dos homens», tendo ele mesmo adquirido alguns destes «retratos»<sup>10</sup>.

---

entre outros José Manuel Sobral, *Trajectos. Produção e Reprodução da Sociedade – Família, Propriedade, Estrutura Social numa Freguesia Rural Beirã*, Lisboa, 1993, p. 350. Sendo simultaneamente um capital simbólico e um capital social elas ajudam a construir hierarquias e a marcar os diferentes níveis, a estabelecer as barreiras entre os grupos e a definir o património de representações partilhadas por um grupo social, ou conjunto de grupos sociais. No entanto, mesmo que com frequência a ênfase genealógica contribua para definir os cânones para a interpretação e identificação dos grupos da «boa sociedade» (e daqueles que dela estão excluídos ou ainda em fase de ascensão), esta também permite ocultar debaixo dos mesmos apelidos e da rememoração do passado, as recomposições e mesmo eventuais trajectórias descendentes de segmentos das elites.

<sup>9</sup> Sobre a fotografia nos Açores ver Carlos Enes, *A Fotografia nos Açores. Dos primórdios ao terceiro quartel do século XX*, Angra, Direcção Regional de Cultura, 2011. Curiosamente o primeiro presidente da Sociedade Portuguesa de Fotografia foi o médico e bacteriologista terceirense Aníbal de Bettencourt (1868-1930), ele próprio um fotógrafo amador.

<sup>10</sup> J. V. Mendes Guerreiro, *Regresso dos Estados Unidos. Açores*, Ponta Delgada, Biblioteca da Autonomia dos Açores, vol. III, 1894, p. 43.

Esta referência deve, no entanto, ser encarada com alguma reserva e como uma maneira de demonstrar a difusão e o interesse pela nova arte, pois desde 1860 que Mariano José Machado, José Pacheco Toste e António José Raposo tinham instalado lojas e equipamentos em Ponta Delgada.

Nas décadas de 1880 e 1890 o número de fotógrafos profissionais e amadores continuou a aumentar em Portugal, ampliando-se os temas e as situações retratadas. As primeiras exposições da nova arte surgem também nos Açores. Primeiro e timidamente na Horta, em 1878, com um reduzido número de participantes, entre os quais membros da família Dabney. Em 1882 há notícia de nova exposição, desta vez em Ponta Delgada. Uma iniciativa que se repetirá em 1895 e em 1901 já com a participação de maior número de fotógrafos amadores e profissionais<sup>11</sup>. A partir de 1900 a fotografia está por todo o lado, surgindo em força nas páginas da imprensa nacional grande tiragem.

É, pois, certo que na viragem do século a fotografia era já um artefacto cultural relativamente banalizado. Contudo o acto fotográfico e a prática da fotografia ainda mantinham alguma solenidade. Já no século XX, Salvador Brum do Canto dirigiu com J Soares de Andrade, a partir de 1911, o *Echo Photographico* (1906-1913), com redacção na Rua do Ouro, 265. Infelizmente, são hoje relativamente raros os exemplares deste periódico que procurava fugir a um paradigma de representação realista, tentando aproximar a fotografia da pintura, recuperando, assim, uma representação artística, bucólica e naturalista do país<sup>12</sup>. O nome de Salvador Brum do Canto tem referências fugazes na História da Fotografia, mas em Junho de 1913 participou na «Primeira Exposição de Fotografia Directa das Cores», patrocinada pela Sociedade Portuguesa de Fotografia. Nela foram distinguidos os trabalhos do jornalista, escritor e historiador Barbosa Colen, do artista e ceramista visconde de Sacavém e de Salvador Brum do Canto. Participaria novamente, em 1916, na Exposição Nacional de Fotografia, organizada, em Lisboa, pela revista *Arte Fotográfica*, dirigida por B. dos Santos Leitão. Na exposição, que esteve patente entre 23 de Novembro e 10 de Dezembro na Sociedade Nacional de Belas Artes, apre-

---

<sup>11</sup> Carlos Enes, *A Fotografia nos Açores*, p. 16.

<sup>12</sup> Nuno Pinheiro, *O Teatro da Sociedade. Fotografia e representação social no espaço privado e no público*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa-ISCTE, 2006, pp. 33-35. Não existe uma colecção completa desta revista na Biblioteca Nacional em Lisboa, embora haja uma outra colecção na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

sentou, na categoria de amador, seis bromóleos, compostos por cinco retratos e uma paisagem<sup>13</sup>.

Na época, havia uma muito fraca profissionalização nas áreas artísticas. Ser amador e pintar quadros, tocar um instrumento musical ou dedicar-se à fotografia eram actividades que conferiam um verniz de distinção às elites e às classes médias abastadas. Contudo, raramente constituíam ocupações a tempo inteiro e estruturavam carreiras com reconhecimento social e proveitos económicos assegurados.



FIGURA 3 – Fotografia de Salvador Manuel Brum do Canto tirada pelo próprio em pose de trabalho<sup>14</sup>.

Para além destes interesses artísticos, as ligações familiares de Salvador Brum do Canto à Madeira fizeram-no um advogado de relativa nomeada na

---

<sup>13</sup> *Arte Fotográfica. Revista Mensal*, Lisboa, ano 2.º, n.º 21, Novembro de 1916, pp. 331-332.

<sup>14</sup> ACAL/FBC/Fotografias/33.

cidade do Funchal<sup>15</sup>. Salvador Manuel Brum do Canto teve, igualmente, uma curta carreira de deputado pela Madeira, na legislatura de 1906-1907. Eleito pelo partido franquista fez um percurso discreto. Durante esta legislatura apresentou várias representações e projectos de lei sobre transportes, levadas, arborização e revisão de matrizes, todos eles relacionados com o seu círculo de eleição. Pertenceu à comissão de legislação civil, de legislação criminal e de recrutamento. Na sessão de 1907 interveio também em defesa da nova Lei de Imprensa, bastante restritiva, do governo de João Franco<sup>16</sup>.



FIGURA 4 – Salvador Manuel Brum do Canto, tal como seu pai bacharel em Direito<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> Ver a sua curta biografia em Fernando Augusto da Silva, Carlos Azevedo de Meneses, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 175. Sobre o seu trabalho como advogado ver também o opúsculo jurídico Salvador Manuel Brum do Canto, *Acção de Processo Civil Ordinário. Autores, Antero Alexandrino da Costa Lira e sua mulher Joana Bela Carvalho da Câmara Lomelino. Réus, a Companhia Geral de Crédito Predial Português. Alegações finais*, Lisboa, Tip. de Cristóvão A. Rodrigues, 1907.

<sup>16</sup> Paulo Silveira e Sousa, «Salvador Manuel Brum do Canto», in Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário Biográfico do Parlamento Português (1834-1910)*, Lisboa, Assembleia da República/Imprensa de Ciências Sociais, 2004, vol. I, p. 573.

<sup>17</sup> ACAL/FBC/Fotografias/11.

Ser eleito deputado era um passo importante em qualquer carreira política, quer estejamos a pensar num notável da periferia desejoso de se afirmar localmente e de iniciar a sua ascensão ao centro, ou num qualquer jornalista ou advogado da capital, medianamente ambicioso. A escolha dos representantes nas Cortes podia ser feita directamente pelo centro nacional dos partidos, com uma maior ou menor intervenção dos núcleos distritais e locais, ou então, num número mais reduzido de casos, realizada com mais ampla autonomia pelos agrupamentos periféricos. Na verdade, se a pressão das chamadas «candidaturas oficiais» era grande, a sua negociação com as redes políticas locais também podia suceder. Ou seja, parte dos deputados tinham ligações aos círculos eleitorais por onde eram eleitos, tal como acontecia no caso de Salvador Brum do Canto. Apesar dos vínculos à Madeira e ao Porto Santo<sup>18</sup>, onde costumava veranejar, Salvador Brum do Canto manteve sempre relações com os Açores e com alguns intelectuais açorianos residentes em Lisboa, como é o caso do médico e proprietário José de Lacerda, irmão do compositor e maestro Francisco de Lacerda. Uma fotografia sua de José de Lacerda aparecerá na *Ecco Photographico*, em 1911, sob a legenda: «O Dr. José de Lacerda, médico neuropatologista e crítico de arte, no seu gabinete de trabalho»<sup>19</sup>.

Alguma dose de continuidade social não significa, necessariamente, a persistência dos velhos actores de Antigo Regime. Os morgados, ou filhos e netos de morgados, capitães-mores e coronéis do terço de milícias, não eram iguais aos seus antepassados. Uma boa parte casou noutros grupos sociais, estudou em Coimbra ou no estrangeiro, perdeu a sua fortuna e teve de tentar um emprego na administração pública, ou de se instalar com banca de notário ou de advogado. No final do século XIX, os casos em que os velhos morgados continuaram como essencialmente rentistas, ao fim de três gerações são escassos, sobretudo nos distritos da Horta e de Angra. No distrito de Ponta Delgada, o entrelaçar entre a terra, os negócios, algumas actividades indus-

---

<sup>18</sup> Algumas fotografias suas da «Vila do Porto Santo» foram publicadas no *Ecco Photographico*, Lisboa, ano V, n.º 54, Junho de 1911, pp. 81, 87 e 94.

<sup>19</sup> Ver *Ecco Photographico*, Lisboa, ano V, n.º 50-51, Fev.-Mar. de 1911, p. 25. Sobre a interessante e esquecida figura de José de Lacerda ver António J. Ramalho, «José de Lacerda (1861-1911). Entre a medicina e as letras: Retrato de um dilectante nos tempos do positivismo», in Susana Goulart Costa, Maria Leonor Sampaio e Duarte Nuno Chaves (orgs.), *Aquém e Além São Jorge: memória e visão*, Ponta Delgada, CHAM/Santa Casa da Misericórdia de Velas, 2014, pp. 109-118.

triais e o desempenho de funções remuneradas na administração também cresceu, embora a base económica das elites micaelenses fosse bem mais forte. Esta relativa persistência, ao nível do grupo dos grandes influentes, de algumas famílias tradicionais que souberam reconverter os seus capitais, apenas será travada pela República, que chamará ao poder um extenso grupo de antigos notáveis de segundo linha, em grande parte com origens nas classes médias quer das cidades, quer dos pequenos centros urbanos da província<sup>20</sup>.

Em 1909 Salvador Brum do Canto casou em Lisboa com Berta Júdice Rocha Rosa Limpo, cantora lírica, compositora e gastrónoma (à falta de melhor palavra), autora de vários livros de cozinha e de receitas. A ela e aos seus filhos devemos o *Pantagruel* (Jorge Brum do Canto e sua meia-irmã, Maria Manuela Limpo Caetano, colaboraram activamente nesta obra). Este monumento da cozinha teve a sua primeira edição em 1946, com prefácio do dramaturgo Ramada Curto. Tinha na época 1500 receitas. Em 1952, a 11.ª edição já possuía 3000 receitas. Actualmente ronda as 6000. Salvador veio a morrer a 3 de Novembro de 1918. Como referimos, o seu pai, Manuel Inácio, sobrevive-lhe três anos.

Estas vidas podem parecer confortáveis e burguesas, se bem que marcadas pelo gosto, pela prática e pela experimentação, relativamente irreverentes, das artes e da cozinha, numa sobreposição que não é contraditória, sendo antes característica dos modos de vida dos grupos urbanos mais abastados e escolarizados. Estas vidas confirmam, por um lado, a já referida trajectória de transformação das elites e das classes médias, ao longo do século XIX e inícios do século XX, que trouxe muitas famílias açorianas para Lisboa (e igualmente para o Porto); por outro, demonstram como a construção do nosso património colectivo nas artes, no Direito, na administração pública, na fotografia, e na gastronomia também é feita por cultores circunspectos, recatados mas sofisticados, cujos traços nem sempre são fáceis de resgatar.

---

<sup>20</sup> Paulo Silveira e Sousa, *Poder, Trajectórias, e Reprodução Social dos Grupos Dominantes no Distrito de Angra do Heroísmo (1860-1910)*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 1998, pp. 275-362.